

A Educação no Tear da História

Memória, Formação e Práticas Educativas

Organização
Amada de Cassia Campos Reis
Marta do Amparo Borges Ferró
Rosângela Pereira de Sousa

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues	Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani	Profa. Dra. Magali Rosa de Sant'Anna
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi	Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna	Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Carlos Bauer	Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha	Prof. Dr. Romualdo Dias
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Prof. Dr. Fábio Régio Bento	Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa	Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

©2016 Amada de Cássia Campos Reis; Maria do Amparo Borges Ferro;
Rosangela Pereira de Sousa (Orgs.)

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra
pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar,
em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a
permissão da editora e/ou autor.

R3751 Reis, Amada de Cássia Campos; Ferro, Maria do Amparo Borges;
Sousa, Rosangela Pereira de
A Educação no Tear da História: Memória, Formação e Práticas Educativas/
Amada de Cássia Campos Reis; Maria do Amparo Borges Ferro; Rosangela
Pereira de Sousa (Orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

280 p. Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8148-818-9

1. Educação 2. Formação de professores 3. Cultura Popular 4. História cultural.
I. Reis, Amada de Cássia Campos; Ferro, Maria do Amparo Borges; Sousa,
Rosangela Pereira de.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

Educação	370
Cultura e instituições / Cultura popular	306

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL
Foi Feito Depósito Legal

 PACO EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Capítulo I

Instituição Educativa e Perfis Escolares (Séc. XVIII-XX)¹

Justino Magalhães

Centrando a observação na escolarização da sociedade ocidental e, muito particularmente, na história da escola em Portugal, verifica-se que a escolarização integrou uma sequência de ciclos histórico-pedagógicos: estatalização, nacionalização, governamentação, regimentação, universalização escolar, diversificação. O Estado Absoluto estruturou as bases de um proto-sistema escolar; o Liberalismo instituiu, nacionalizou e oficializou uma cultura escolar; a governamentação abriu caminho a uma hierarquia orgânica e burocrática, que prosseguiu pela regimentação. A simbiose entre pragmática escolar e sociedade foi intensificada, admitindo-se que, nas décadas de 20 e de 30 do século XX, se observa uma idiosincrasia entre ideologia de regime e ofício escolar. Associada à universalização, em curso no terceiro quartel de Novecentos, surgiu a primeira grande crise do modelo escolar, forçando a políticas e pedagogias de diversificação. Na longa duração, o educacional escolar foi configurado numa hierarquia de perfis letrados: elementares, complementares, elaborados/ especializados, superiores.

A Modernidade é aqui apresentada como movimento histórico de progresso e aproximação entre os indivíduos e as instituições, com base na cultura escrita e numa sequencialidade de processos

1. Retomo aqui ideias fundamentais da Comunicação “Escola e Modernização (XVIII-XX)”, apresentada no *Colóquio Nacional Formação Pluridimensional de Educadores e Professores em Dinâmicas de Intervenção Educativa: Currículo(s), Cultura(s) e Saberes na Sociedade do Conhecimento*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 25, 26 e 27 de Outubro de 2012.

histórico-pedagógicos: representação, humanização, normalização, instituição, pessoalização. A cultura escrita é conhecimento e acção. Substantivando-se através da acção cognoscente e formativa, a cultura escrita gerou uma hierarquia de perfis que a escolarização formalizou: o alfabetizado, o (in)formado, o funcional, o letrado. Nesse processo histórico-pedagógico, a instituição escolar foi devidamente enquadrada e legitimada por uma função política de cidadania, urbanismo, humanidade.

A institucionalização escolar deu fundamento, método e universalização à cultura escrita; articulou, de forma gradativa, os perfis letrados; legitimou o educacional escolar como socialização, acesso e participação; tornou possível que o processo e a cultura escolar fossem condição e concretização de sociabilidade e humanidade. Este complexo integra a constituição e o desenvolvimento da escola como local específico para a instrução e a educação, assim convertidos nos mais significativos da educação. Na sua evolução histórica, a instituição escolar foi sendo adequada às funções socio-culturais de segmentação, compreensão, diversificação. Em face da orgânica social, no seu todo, e dos Estados-Nação, em particular, a escolarização correspondeu à tecnologia do social, ordenando e hierarquizando os indivíduos e os cidadãos.

Assegurada a alfabetização escolar, no período entre as duas Guerras Mundiais – e, com maior incidência por meados do século XX, o principal desígnio das políticas educativas progressistas era manter no interior do subsistema escolar a maior quantidade de indivíduos e pelo máximo de tempo possível. Esse ciclo compreensivo, uniformizador e mundializante, tornou inevitável o reacendimento das perspectivas críticas e a diversificação.

A institucionalização escolar é uma componente estrutural da relação entre Escola e Modernidade, e os Sistemas Educativos tomaram a escolarização como educação e processo central à relação entre a Sociedade e os Estados-Nação. É assim possível estabelecer uma sequência de longos ciclos históricos, que abrangem, de forma evolutiva, a complexidade antes referida. O enunciado destes ciclos

toma a acepção de processo e corresponde à tónica histórico-pedagógica do respectivo período. Partindo do caso português, mas extensiva aos sistemas educativos ocidentais, esta é a sucessão de ciclos histórico-pedagógicos: estatalização, nacionalização, governamentação, regimentação, universalização, diversificação.

À afirmação do elemento estatal, através da política educativa pombalino-mariana que erigiu a escola como principal meio de educação pública, sucedeu, após a instabilidade e as intensas ideologização e partidarização do período revolucionário liberal, uma política de educação nacional. A partir do terceiro quartel do século XIX foi reforçada a governabilidade da política educativa e do complexo escolar, sendo criados regulamentos, órgãos e estruturas centrais e locais. Esta governamentação concretizou-se num quadro legislativo sistemático e integrado; numa estrutura orgânica vertical; numa escrituração normalizada. Tal processo abriu caminho à orientação republicana da educação, acentuando a simbiose entre regime político e ofício/ dever escolar – regimentação. Esta simbiose foi acentuada com o Estado Novo e plasmada no conceito Escola Portuguesa.

Na transição para o século XX e no contexto da implementação dos regimes republicanos e socialistas, teve lugar a reaproximação entre a estrutura escolar e o regime político. A Escola como representante da causa nacionalista foi tomada como meio e factor na formação e mobilização das populações para o progresso e para a consecução dos ideais políticos. A regimentação da instituição escolar foi característica dos regimes totalitários e ditatoriais da primeira metade do século XX. Por meados do século XX, os sistemas educativos tinham universalizado o subsistema escolar. A escola compreensiva era uma escola de massas. Em Portugal, a universalização da escola elementar foi obtida na década de 60, ficando as duas décadas seguintes assinaladas pela ampliação da escolaridade obrigatória e por um intenso movimento de universalização. Após a II Guerra Mundial, por incentivo das Organizações Internacionais, nomeadamente a OCDE e a UNESCO, a escolarização assente

no modelo ocidental foi progressivamente mundializada, no plano horizontal. Correlativamente, no plano vertical, foi organizada como totalitária, absorvendo o conjunto das idades humanas, desde a infância à senilidade. Cumprida a escolarização, gradualmente traduzida em educação básica, e ampliada a garantia da educação secundária através do subsistema escolar, pelos anos 80 do século passado, tornou-se visível o quadro de crise. O subsistema escolar teve de contemplar novos públicos e novas realidades, abrindo-se e diversificando as perspectivas pedagógicas e didáticas.

Com efeito, a descolonização e a democratização, associadas a instâncias normalizadoras (com destaque para o Fundo Monetário Internacional – FMI) e a instrumentos reguladores (caso de sucessivas Convenções Internacionais patrocinadas pela UNESCO e, mais recentemente, de programas como o Programme for International Student Assessment²) asseguraram tal movimento de mundialização do modelo escolar. Pode falar-se, por fim, de um novo ciclo histórico-pedagógico, o da diversificação, de que Maio de 68 foi o primeiro grande sinal e de que as sucessivas multiculturalidades, as distintas pedagogias – assim de instituição, de comunidade e dos sujeitos, bem como o respeito pelo plurilinguismo são sinais e desafios.

Assim sintetizado, o processo de escolarização foi, na sequencialidade e na orgânica curricular, comum à sociedade portuguesa e à generalidade dos países ocidentais. Não obstante, há vários aspectos que a História da Escola em Portugal tem apresentado como distintos e, a seu modo, específicos.

Um desses aspectos foi o prolongamento pelo século XX de elevadas taxas de analfabetismo, inclusive de crianças e de adolescentes. Em finais do século XIX, os países desenvolvidos do Ocidente tinham alfabetizado a população infanto-juvenil e punham em marcha reformas políticas para constituição de um sistema escolar que assegurasse uma instrução elementar universal e

2. Este Programa PISA, lançado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), foi progressivamente adoptado por países de todos os continentes.

uma educação secundária que abrangesse a maioria da população juvenil, masculina e feminina. O currículo escolar era, também ele, basicamente comum. Assegurada a alfabetização nas línguas maternas, a escola garantia a prossecução da formação letrada, que associava a componente humanística com a componente científica. Progressivamente, também o modelo escolar foi abrangendo a formação técnica e profissional.

No entanto, como referido, só na década de 60 do século XX foi dada por obtida a alfabetização das crianças portuguesas. O desenvolvimento do sistema escolar e a cobertura de todo o território com estruturas pós-alfabetização foram lentos e irregulares em Portugal, contrastando com outros países ocidentais. Na década de 70, em consequência da Revolução Democrática, foi decretada a unificação do ensino na escolaridade obrigatória. Com a intensificação da Alfabetização de Adultos, levada a efeito em meados da década de 50, o modelo escolar havia sido progressivamente extensivo aos adultos e, em consequência, à Educação Permanente e, posteriormente, à Educação ao Longo da Vida. Meio de aculturação escrita por função e por excelência (posto que ficou associada à construção e à difusão da normalização letrada), a escola foi abrangendo os diferentes segmentos e os diferentes estratos sociais. Não foi um processo nem linear, nem progressivo. Houve saltos quantitativos e qualitativos, como também houve ciclos mortos.

A primeira universalização do educacional escolar foi a da alfabetização, na sequência da qual foi escolarizada a infância, cumprindo a instrução elementar. Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, a escolarização era discutida com abrangência sistémica, seja enquanto complexidade orgânica e (in)formativa, ministrando um currículo federador das diferentes áreas do saber, seja assegurando a normalização, a progressão e a abertura para os diferentes perfis profissionais. A universalização da instrução elementar e a segmentação da educação secundária (liceal, técnica, profissional) forçavam o debate em torno da dualidade: a) complementar a instrução elementar, com uma iniciação ao mundo

do trabalho e ao exercício de funções letradas-básicas; b) preparar para o ensino liceal e para o ensino técnico.

Por meados do século XX, a obrigação escolar abrangia a infância e a adolescência, estando em curso reformas escolares compreensivas. Nos sistemas escolares mais desenvolvidos, a escolaridade obrigatória passou a incluir os ensinamentos básicos e secundário. O caso português é um daqueles em que o prolongamento da escolaridade obrigatória foi mais tardio, posto que só na década de 60 foi decretada a passagem de 4 para 6 anos. A universalização escolar de 9 anos foi decretada na década de 70 e concretizada através do curso unificado, que assim se tornou a estrutura fundamental da educação básica. Desta forma, a escolaridade obrigatória passou de 4 para 6 e posteriormente para 9 anos, limite que está presentemente a ser ampliado para 12 anos.

Os perfis escolares formam uma hierarquia que toma a cultura escrita como base e a cultura escolar como eixo. O perfil do alfabetizado foi em parte obtido antes mesmo da difusão da escola, vindo posteriormente a ser integrado e normalizado. A primeira função da escolarização elementar foi a alfabetização da generalidade das crianças, a que, com a nacionalização e a formalização, foi sendo acrescentado um domínio de leitor-escrevente da língua materna, combinado a elementaridade científica e com uma iniciação moral e cívico-patriótica. O perfil-base do escolar conciliava a alfabetização em língua materna com uma gesta cívica, configuradas na pragmática comunicacional de leitor-escrevente.

O alfabetizado, escolarizado ou não, foi uma figura necessária à cidadania liberal. Assim, pelo Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, relativo à Reforma da Administração Pública e Reforma Judiciária, em Portugal, ficou estipulado que saber ler, escrever e contar era condição necessária à participação na generalidade dos cargos públicos – assim Juizes de Paz, Juizes Ordinários e Juizes Pedâneos (Art.º 31), como também Jurados (Art.º 32). Na transição do Antigo Regime, a emergência da esfera do público e o consequente exercício de funções administrativas e cívicas na burocracia

do Estado tornaram necessária a certificação de habilitações letradas, ou através da exibição de diploma escolar ou mediante realização de provas públicas de habilitação e acesso; em qualquer dos casos, a formação escolar era a referência, fosse por aceitação directa do diploma, fosse pela realização de provas articuladas com o currículo escolar. A formalização escolar havia-se tornado condição e requisito ao exercício de funções públicas, como ilustra o articulado legal aqui transcrito:

Por despacho assinado pelo Secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda, em 23 de Dezembro de 1845, foi aberto concurso para 'prover na conformidade do Artigo 448º do Regulamento Geral para a repartição das Contribuições directas, aprovado por Decreto de 20 do corrente, os lugares de Comissários das Contribuições criados pela carta de Lei de 19 de abril próximo passado (...).

5º Os pretendentes ficam sujeitos a um exame em que mostrem que, além de possuírem os conhecimentos elementares em aritmética, têm idoneidade para o desempenho dos deveres que lhe incumbem o Regulamento. Da primeira parte do exame serão dispensados os que juntarem a seus requerimentos documento de aprovação em aritmética, passado por alguma Escola pública.

Este perfil-base foi ampliado e aprofundado para possibilitar a suficiência e o rigor escritos, proporcionando o acesso à burocracia e legitimando o exercício profissional da escrituração. A formalização escolar foi ampliada com o estudo da gramática, o aperfeiçoamento da leitura, a oficialização da escrita e uma gesta de cidadania activa. Os cursos complementares cumpriram a dupla vertente de segmentação-continuidade escolar e de especialização-profissionalização. Dito em termos formais, cumpriram a função de preparar e permitir o acesso à educação secundária, ou a função de complementar a instrução elementar. Pela articulação curricular com o nível elementar, esta última acepção foi ciclicamente definida como

primária superior. Estes perfis complementares possibilitaram a confluência de diferentes idades num mesmo ciclo escolar.

Especificamente escolares foram os perfis secundários (eles próprios convencionados e elaborados), bem assim como os perfis médios. Recuperados do Antigo Regime e resultantes de uma combinação de disciplinas (os Estudos Menores) foram formalizados no quadro da modernização do Estado. Na base curricular estiveram as humanidades, a que foram acrescentadas disciplinas de ciências. Orientados para uma determinada função, comportavam um estatuto sociocultural a que estava agregada a acção cívica. Inseriam-se na hierarquia do funcionalismo e da representação do Estado.

Entre os profissionais a que correspondem perfis médios, contam-se os militares nos diferentes ramos, os profissionais ligados à docência, os arquivistas e bibliotecários, os diplomatas. Era frequente que estes profissionais tivessem de frequentar uma ou outra disciplina no Ensino Superior. Assim sucedia com os diplomatas e paleógrafos, obrigados a “ouvirem” a Cadeira de Diplomática. Pelo Alvará de 21 de Fevereiro de 1801, o Príncipe Regente criou a Cadeira de Diplomática na Universidade de Coimbra, da qual passavam a ser ouvintes obrigados

(...) todos aqueles, que aspirem a ser ocupados nos Empregos, e Escrituração do Meu Real Arquivo da Torre do Tombo, e nos Offícios de Tabelaio de Notas da cidade de Lisboa; não podendo ser provido, ou empregado nos mesmos Offícios, e Ministérios Pessoa alguma, depois de seis anos de exercício desta Cadeira, sem que primeiro mostre competentemente ter frequentado com aproveitamento a mesma Aula, ao menos por tempo de um ano.

Também nos termos dos Artigos 72.º a 75.º da Reforma Costa Cabral, de 20 de Setembro de 1844, ficara definido o conjunto de profissionais, cujo acesso exigia o Curso Geral dos Liceus. Um deles era o de Bibliotecário. Para final do século XIX, estes perfis de nível médio ficaram mais especializados e objecto de cursos espe-

cíficos, nos quais as Ciências Humanas sedimentavam um núcleo duro performativo.

No trânsito do Antigo Regime, ressaltam, a seu modo, dois perfis de grau superior, herdeiros do Letrado: o matemático e o teólogo. Ao criar a Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, pelo Alvará de 9 de Junho de 1801, o Príncipe Regente (D. João VI) tinha em mente o perfil de um novo profissional: o matemático, na sequência do qual surgia o matemático-cosmógrafo. O matemático-cosmógrafo deveria ser Doutor ou Bacharel formado naquela Faculdade e exerceria as suas funções profissionais nos organismos devidamente referenciados. Passava a haver um matemático nos Conselhos da Real Fazenda, do Ultramar, do Almirantado, na Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, de Portugal e seus Domínios. De modo idêntico, passaria a haver um matemático-cosmógrafo em cada uma das Comarcas do Reino, para execução da Carta Topográfica da respectiva Comarca, debaixo da Direcção da Administração, estabelecida para a Carta Geográfica e Corográfica.

Relativamente ao perfil-função do Teólogo, por Alvará de 10 de Maio de 1805, foi determinado que haveria um Seminário em cada Diocese e que os Prelados enviassem Eclesiásticos para frequentarem as Escolas Teológicas da Universidade Coimbra, cujo Curso tinha sido reformado. A partir de então, o corpo docente de cada Seminário Diocesano passaria a integrar teólogos, sob pena de encerramento do estabelecimento. Objecto de regulação e de exame de habilitação passaram a ser também as profissões ligados ao medecato, conforme ilustra o Aviso de 23 de Maio de 1800, pelo qual o Regente regulamentou os exames dos Médicos Cirurgiões que haviam estudado nas universidades estrangeiras, bem como o exame de Boticários, Droguistas, Químicos e Destiladores. Esta segunda série de profissões não carecia de diploma de ensino superior, mas o exame era sempre sujeito ao vaticínio dos médicos.

A modernização e a profissionalização dos perfis escolares está bem presente no plano de reforma da instrução pública, que Fran-

cisco Stockler apresentou, no Rio de Janeiro, entre 1813 e 1816, a D. João VI. Rompendo com a tradição continental, Stockler colocava as escolas confiadas a institutos (que funcionariam na dependência de academias) e integrava, de forma graduada, quatro tipos de escolas, a que correspondiam os quatro graus que preconizava para a instrução: 1º grau – os conhecimentos necessários a todos; 2º – os conhecimentos necessários aos agricultores, aos artistas e aos comerciantes e as escolas profissionais, incluindo a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro; 3º – ensino humanístico; 4º – ensino das ciências abstractas e de observação.³

No que respeita à função docente, a Reforma Costa Cabral, de 20 de Setembro de 1844, tornou exclusivo o diploma de Doutor ou de Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra para o provimento em Cadeiras Públicas de Filosofia, liceais ou outras.

Da aproximação ao binómio instituição educativa-perfis escolares pode inferir-se que, com as Reformas Iluministas da Instrução e no âmbito da Modernização Oitocentista, se observa um paralelo entre a estrutura escolar e a tecnologia socioprofissional, como bem ilustra, para Portugal, a Reforma Costa Cabral, cuja repercussão foi determinante na organização da estrutura escolar. Por essa lei, a estrutura de cúpula da instituição educativa ficou ajustada à estrutura da oferta escolar. É o que determina o Art.º 157.º: “O Conselho Superior divide-se em três Secções; a saber: 1ª de Instrução Primária; 2ª de Instrução secundária; 3ª de Instrução Superior”.

Sistematizando, no decurso da Modernidade, o acesso à cultura escrita e a conseqüente habilitação para o exercício da função letrada foram condicionados à realização escolar. Uma vez legitimada como conservação e divulgação da norma cultural, a instituição escolar tornou-se o centro dos sistemas educativos.

Formativa e disciplinadora, a escola, cuja acção evoluiu da segmentação para a compreensão e a universalização, foi, assim, estruturante da Modernidade, criando e aplicando regras, vulgarizando uma pragmática cultural, definindo e legitimando perfis letrados.

3. Cf. Justino Magalhães. *Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa, 2010, p. 81.